

Ouvintismo estrutural e regimes de normalização linguística: uma análise crítica da produção do sujeito surdo

Structural Audism and Linguistic Normalization Regimes: A Critical Analysis
of the Production of the Deaf Subject

Oyentismo estrutural y regímenes de normalización lingüística: un análisis
crítico de la producción del sujeto sordo

Wolney Gomes Almeida 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA, Brasil.

wgalmeida@uesc.br

Recebido em 11 de março de 2026

Aprovado em 01 de maio de 2026

Publicado em 08 de maio de 2026

RESUMO

Este artigo desenvolve uma análise teórica sobre o conceito de ouvintismo estrutural e sua relação com os regimes de normalização linguística que atravessam a produção de conhecimento sobre linguagem e surdez. Partindo de contribuições da filosofia social e dos estudos críticos da linguagem, especialmente das reflexões foucaultianas sobre normalização, produção de sujeitos e regimes de verdade, o trabalho examina como determinadas teorias linguísticas e práticas educacionais contribuíram historicamente para instituir a audição e a oralidade como parâmetros normativos da linguagem. Nesse contexto, argumenta-se que o ouvintismo estrutural não deve ser compreendido apenas como uma atitude discriminatória dirigida às pessoas surdas, mas como um dispositivo epistemológico e institucional que organiza a forma como a linguagem é concebida, ensinada e avaliada. A partir dessa perspectiva, o artigo discute como tais regimes de normalização participam da produção do sujeito surdo como diferença linguística frequentemente interpretada sob a lógica da deficiência ou do déficit. Conclui-se que a problematização do ouvintismo estrutural permite deslocar o debate da esfera da discriminação individual para a análise das estruturas de produção de saber que sustentam determinadas concepções de linguagem, competência e normalidade linguística, abrindo caminho para abordagens mais sensíveis à diversidade linguística e sensorial.

Palavras-chave: Ouvintismo estrutural; Normalização linguística; Surdez.

ABSTRACT

This article develops a theoretical analysis of the concept of structural audism and its relationship with linguistic normalization regimes that shape the production of knowledge about language and deafness. Drawing on contributions from social philosophy and critical

language studies, particularly Foucauldian reflections on normalization, subject production, and regimes of truth, the study examines how certain linguistic theories and educational practices have historically established hearing and orality as normative parameters of language. In this context, it is argued that structural audism should not be understood merely as discriminatory attitudes directed toward deaf people, but as an epistemological and institutional dispositif that organizes how language is conceived, taught, and evaluated. From this perspective, the article discusses how such normalization regimes participate in the production of the deaf subject as a linguistic difference frequently interpreted through the logic of deficiency or deficit. It concludes that problematizing structural audism shifts the debate from the sphere of individual discrimination to the analysis of knowledge structures that sustain particular conceptions of language, competence, and linguistic normality, opening possibilities for approaches more attentive to linguistic and sensory diversity.

Keywords: Structural audism; Linguistic normalization; Deafness.

RESUMEN

Este artículo desarrolla un análisis teórico sobre el concepto de oyentismo estructural y su relación con los regímenes de normalización lingüística que atraviesan la producción de conocimiento sobre el lenguaje y la sordera. A partir de contribuciones de la filosofía social y de los estudios críticos del lenguaje, especialmente de las reflexiones foucaultianas sobre normalización, producción de sujetos y regímenes de verdad, el trabajo examina cómo determinadas teorías lingüísticas y prácticas educativas han contribuido históricamente a instituir la audición y la oralidad como parámetros normativos del lenguaje. En este contexto, se sostiene que el oyentismo estructural no debe comprenderse únicamente como una actitud discriminatoria dirigida a las personas sordas, sino como un dispositivo epistemológico e institucional que organiza la manera en que el lenguaje es concebido, enseñado y evaluado. Desde esta perspectiva, el artículo discute cómo tales regímenes de normalización participan en la producción del sujeto sordo como una diferencia lingüística frecuentemente interpretada bajo la lógica del déficit o la deficiencia. Se concluye que problematizar el oyentismo estructural permite desplazar el debate de la esfera de la discriminación individual hacia el análisis de las estructuras de producción de conocimiento que sustentan determinadas concepciones de lenguaje, competencia y normalidad lingüística.

Palabras clave: Oyentismo estructural; Normalización lingüística; Sordera.

Introdução

A linguagem ocupa posição central na organização das formas de vida social e na produção de conhecimento sobre os sujeitos. No campo da linguística, diferentes tradições teóricas buscaram explicar como os seres humanos adquirem e utilizam línguas, frequentemente a partir de modelos abstratos que descrevem o funcionamento do sistema

linguístico em condições consideradas ideais. Entre essas formulações, destaca-se a noção de competência linguística proposta no âmbito da linguística gerativa, que concebe o conhecimento linguístico como um sistema internalizado que permite ao falante produzir e compreender um número potencialmente infinito de enunciados (Chomsky, 1965). Essa concepção desempenhou papel fundamental na consolidação da linguística moderna ao deslocar o foco analítico da descrição de usos empíricos da língua para a investigação das estruturas cognitivas subjacentes à linguagem.

Embora a formulação de modelos abstratos tenha contribuído significativamente para o desenvolvimento da teoria linguística, diversos autores têm argumentado que tais modelos frequentemente pressupõem condições de homogeneidade linguística e social que raramente correspondem à complexidade das práticas linguísticas reais. A ideia de um falante ideal inserido em uma comunidade linguística homogênea, frequentemente mobilizada como pressuposto metodológico, foi alvo de críticas oriundas de diferentes vertentes da linguística social e da linguística aplicada. Para autores como Hymes (1972), a competência linguística não pode ser compreendida exclusivamente em termos de conhecimento gramatical, sendo necessário considerar também as condições sociais e culturais que orientam o uso da linguagem em contextos específicos. Nesse sentido, a noção de competência comunicativa foi proposta como alternativa capaz de incorporar dimensões pragmáticas e socioculturais da linguagem.

A crítica à abstração excessiva dos modelos linguísticos também foi desenvolvida no âmbito da linguística aplicada crítica e dos estudos sociolinguísticos, que passaram a enfatizar o caráter histórico e político das teorias sobre linguagem. Rajagopalan (2003) argumenta que a linguística, assim como qualquer outro campo de produção de conhecimento, está inserida em contextos sociais e institucionais que influenciam a forma como determinados fenômenos são descritos e interpretados. De modo semelhante, Moita Lopes (2006) defende que o estudo da linguagem deve considerar as relações entre práticas linguísticas, identidades sociais e estruturas de poder, reconhecendo que o conhecimento linguístico não é produzido em um vazio social. Nesse sentido, teorias linguísticas podem ser compreendidas como parte de regimes mais amplos de produção de saber que definem parâmetros de normalidade e legitimidade no uso da linguagem.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Michel Foucault sobre os processos de normalização que caracterizam as sociedades modernas. Ao analisar o funcionamento

das instituições disciplinares, Foucault (1975) demonstrou que a produção de normas desempenha papel central na organização das práticas sociais, permitindo classificar indivíduos, hierarquizar comportamentos e estabelecer critérios de correção e desvio. A normalização, nesse contexto, não se limita à imposição de regras explícitas, mas opera por meio de dispositivos institucionais e discursivos que definem o que é considerado normal, aceitável ou desejável em determinado campo social. Esses processos estão profundamente ligados à produção de regimes de verdade, isto é, sistemas de saber que legitimam determinadas formas de conhecimento e de intervenção sobre os sujeitos.

Quando transpostas para o campo da linguagem, essas reflexões permitem compreender teorias linguísticas não apenas como descrições neutras de fenômenos naturais, mas também como práticas discursivas que participam da definição de padrões de competência e desenvolvimento linguístico. Como observam Blommaert (2010) e Pennycook (2010), os estudos da linguagem têm progressivamente reconhecido que as categorias analíticas mobilizadas pela linguística podem contribuir para a produção de hierarquias linguísticas e sociais, especialmente quando determinadas formas de uso da linguagem são tomadas como referência universal. Nesse sentido, a própria definição do que conta como competência linguística envolve processos de legitimação que distinguem práticas consideradas adequadas daquelas classificadas como erro, desvio ou insuficiência.

No campo da educação de surdos, essa discussão assume particular relevância. Ao longo da história, políticas educacionais e abordagens pedagógicas foram frequentemente estruturadas a partir da centralidade da oralidade e da audição como parâmetros normativos da linguagem. Como argumenta Skliar (2016), a educação de surdos foi profundamente marcada por perspectivas que concebiam a surdez principalmente como deficiência a ser corrigida ou compensada por meio do ensino da fala. Essa orientação contribuiu para a marginalização das línguas de sinais e para a produção de modelos educacionais que privilegiavam a adaptação do sujeito surdo a padrões linguísticos definidos a partir da experiência ouvinte.

Nos últimos anos, estudos desenvolvidos no campo dos Deaf Studies têm buscado problematizar essas perspectivas, enfatizando a importância de reconhecer as línguas de sinais como sistemas linguísticos plenos e como elementos centrais na constituição de comunidades surdas. Pesquisas recentes têm destacado que as experiências linguísticas

de pessoas surdas não podem ser compreendidas apenas em termos de ausência ou perda auditiva, mas devem ser analisadas como formas específicas de organização sensorial e cultural da linguagem (Murray; Kusters; De Meulder, 2020; Bauman; Murray, 2021). Nesse contexto, a surdez passa a ser interpretada não apenas como condição biológica, mas como posição sociolinguística situada em regimes históricos de produção de conhecimento sobre linguagem e diferença.

É nesse horizonte teórico que se insere a noção de ouvintismo estrutural. O conceito busca descrever um conjunto de práticas institucionais, epistemológicas e discursivas que naturalizam a audição e a oralidade como parâmetros universais da linguagem, contribuindo para a produção da surdez como diferença frequentemente interpretada sob a lógica do déficit. Diferentemente de abordagens que tratam o preconceito contra pessoas surdas apenas como atitude individual, a noção de ouvintismo estrutural enfatiza a dimensão sistêmica dessas práticas, evidenciando como determinados regimes de conhecimento participam da construção de hierarquias linguísticas e sensoriais.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível examinar como teorias linguísticas, práticas educacionais e políticas linguísticas participam da produção de regimes de normalização que definem parâmetros de competência, desenvolvimento e legitimidade linguística. Esses regimes não apenas orientam a forma como a linguagem é ensinada e avaliada, mas também contribuem para a constituição de categorias de sujeito, entre elas o sujeito surdo, frequentemente definido em relação a um modelo normativo de linguagem baseado na experiência ouvinte.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar o conceito de ouvintismo estrutural em sua relação com os regimes de normalização linguística que atravessam a produção de conhecimento sobre linguagem e surdez. A partir de uma análise teórica baseada em contribuições da linguística crítica, da filosofia social e dos estudos surdos contemporâneos, busca-se discutir como determinadas concepções de competência linguística e desenvolvimento da linguagem participam da produção do sujeito surdo como diferença linguística. Ao problematizar essas dinâmicas, o trabalho pretende contribuir para ampliar o debate sobre as implicações epistemológicas e políticas das teorias linguísticas no campo da educação e da diversidade linguística.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma investigação teórica de natureza qualitativa, fundamentada em revisão crítica da literatura e análise conceitual. Diferentemente de estudos empíricos orientados pela coleta de dados primários, a proposta deste trabalho consiste em examinar como determinados conceitos — especialmente normalização, competência linguística e ouvintismo — foram historicamente mobilizados na produção de conhecimento sobre linguagem e surdez. Nesse sentido, o artigo insere-se no campo das pesquisas teóricas em linguística e educação, cuja finalidade é problematizar categorias analíticas e explorar suas implicações epistemológicas e políticas (Rajagopalan, 2003; Moita Lopes, 2006).

A abordagem adotada neste estudo dialoga com perspectivas contemporâneas que compreendem a produção científica como prática discursiva situada em contextos históricos e institucionais específicos. Conforme argumenta Foucault (1975), os sistemas de conhecimento participam da constituição de regimes de verdade que definem quais formas de saber são reconhecidas como legítimas em determinado campo social. A análise teórica proposta neste artigo parte dessa premissa para examinar como teorias linguísticas e práticas educacionais podem contribuir para a construção de parâmetros de normalidade linguística que orientam a classificação de sujeitos e práticas de linguagem.

Do ponto de vista metodológico, a investigação desenvolve-se a partir de três eixos analíticos complementares. O primeiro eixo consiste na revisão de contribuições clássicas da teoria linguística que influenciaram a formulação de modelos de competência e aquisição da linguagem. Nesse conjunto incluem-se principalmente os trabalhos da linguística gerativa, que introduziram a noção de competência linguística como conhecimento internalizado do sistema gramatical (Chomsky, 1965), bem como críticas posteriores provenientes da sociolinguística e da linguística aplicada, que destacaram a necessidade de considerar dimensões sociais e culturais do uso da linguagem (Hymes, 1972; Pennycook, 2010).

O segundo eixo analítico apoia-se em contribuições da filosofia social e da teoria crítica, especialmente nas reflexões de Michel Foucault sobre normalização, disciplina e produção de sujeitos. Conforme demonstrado por Foucault (1975), os processos de normalização constituem mecanismos centrais de regulação nas sociedades modernas, permitindo classificar indivíduos e estabelecer padrões de comportamento considerados adequados. Essa perspectiva tem sido amplamente mobilizada em estudos

contemporâneos sobre linguagem e educação para examinar como práticas institucionais e discursos científicos participam da produção de categorias de normalidade e desvio (Ball, 2021; Dean, 2022).

O terceiro eixo mobiliza contribuições recentes do campo dos estudos surdos e da linguística crítica que investigam as relações entre linguagem, poder e diversidade linguística. Pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas têm enfatizado a importância de reconhecer as línguas de sinais como sistemas linguísticos completos e de analisar a surdez a partir de perspectivas socioculturais que superem interpretações exclusivamente biomédicas da diferença (Skliar, 2016; Murray, Kusters & De Meulder, 2020; Bauman & Murray, 2021). Esses estudos têm contribuído para ampliar o debate sobre as implicações das políticas linguísticas e das práticas educacionais na constituição de identidades surdas.

A seleção das obras analisadas foi orientada por dois critérios principais. O primeiro refere-se à relevância conceitual dos textos para a discussão proposta, considerando contribuições que abordam diretamente os temas da competência linguística, normalização social e produção de sujeitos. O segundo critério buscou incorporar literatura recente publicada nos últimos anos, de modo a situar o debate em diálogo com discussões contemporâneas no campo dos estudos da linguagem e da educação de surdos. Essa combinação entre obras clássicas e contribuições recentes permite articular fundamentos teóricos consolidados com perspectivas analíticas emergentes.

A análise dos textos foi conduzida por meio de leitura interpretativa orientada pela identificação de conceitos-chave e relações teóricas entre diferentes tradições de pesquisa. Em vez de buscar uma síntese exaustiva da literatura disponível, a proposta consistiu em explorar como determinadas categorias analíticas — como competência linguística, normalização e ouvintismo — podem ser reinterpretadas à luz de uma abordagem crítica da produção de conhecimento sobre linguagem. Esse tipo de análise conceitual tem sido amplamente utilizado em estudos teóricos que procuram examinar as implicações epistemológicas de categorias utilizadas em diferentes campos do saber (Blommaert, 2010; Pennycook, 2010).

A partir dessa perspectiva, o conceito de ouvintismo estrutural é mobilizado neste artigo como ferramenta analítica para examinar as relações entre regimes de normalização linguística e produção de categorias de sujeito no campo da educação de surdos. Em vez de tratar o ouvintismo apenas como forma de preconceito individual, a análise busca

evidenciar como determinadas concepções de linguagem e competência podem contribuir para a construção de hierarquias linguísticas que privilegiam a experiência ouvinte como referência normativa. Ao explorar essas relações, o estudo pretende oferecer uma contribuição teórica para o debate sobre diversidade linguística e justiça epistemológica nos estudos da linguagem.

A produção da normalidade linguística na teoria linguística

A produção de conhecimento sobre linguagem esteve historicamente vinculada à construção de modelos abstratos destinados a explicar a capacidade humana de adquirir e utilizar sistemas linguísticos. Entre as formulações mais influentes nesse campo, destaca-se a proposta da linguística gerativa, que introduziu a noção de competência linguística como conhecimento internalizado que permite ao indivíduo produzir e compreender um número potencialmente ilimitado de enunciados (Chomsky, 1965). Nesse modelo teórico, o objeto de estudo da linguística desloca-se da observação direta do uso da língua para a investigação das estruturas mentais que tornam possível o funcionamento da linguagem.

Para viabilizar essa investigação, a teoria gerativa parte de uma abstração metodológica que pressupõe a existência de um falante-ouvinte ideal inserido em uma comunidade linguística homogênea. Essa formulação teve papel central na consolidação da linguística como disciplina científica ao permitir a construção de modelos formais capazes de explicar regularidades estruturais das línguas naturais. Entretanto, diversos autores argumentam que a adoção desse tipo de abstração não é epistemologicamente neutra, pois contribui para estabelecer parâmetros implícitos de normalidade linguística que influenciam a forma como diferentes práticas de linguagem são avaliadas (Rajagopalan, 2003).

As críticas a essa concepção começaram a ganhar força a partir da sociolinguística e da antropologia linguística, que passaram a enfatizar a importância de considerar as dimensões sociais do uso da linguagem. Hymes (1972), por exemplo, argumenta que o conhecimento linguístico não pode ser reduzido ao domínio das regras gramaticais, uma vez que a competência comunicativa envolve também a capacidade de utilizar a linguagem de maneira adequada em contextos sociais específicos. Nessa perspectiva, a linguagem deixa de ser compreendida apenas como sistema formal e passa a ser analisada como prática social situada em contextos culturais e históricos particulares.

No âmbito da linguística aplicada crítica, autores como Pennycook (2010) e Moita Lopes (2006) ampliaram essa discussão ao enfatizar que teorias linguísticas participam da construção de determinadas formas de compreender linguagem, identidade e sociedade. Segundo esses autores, o conhecimento linguístico não pode ser separado das relações de poder que atravessam os contextos nos quais ele é produzido e mobilizado. Assim, conceitos aparentemente técnicos — como competência, erro ou desenvolvimento linguístico — podem desempenhar papel significativo na legitimação de determinadas práticas linguísticas em detrimento de outras.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Blommaert (2010), que destaca que as ideologias linguísticas desempenham papel fundamental na definição do que conta como uso legítimo da linguagem em diferentes contextos sociais. Ao estabelecer padrões de correção e adequação, essas ideologias contribuem para a construção de hierarquias linguísticas que privilegiam determinadas variedades ou modalidades de linguagem. Nesse processo, algumas práticas linguísticas passam a ser reconhecidas como normativas, enquanto outras são classificadas como deficientes, inadequadas ou desviantes.

No campo educacional, essas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis na definição de parâmetros de desenvolvimento linguístico considerados típicos. Pesquisas recentes têm demonstrado que modelos de aquisição da linguagem frequentemente se baseiam em trajetórias normativas construídas a partir de populações específicas, muitas vezes ignorando a diversidade de experiências linguísticas existentes em diferentes contextos socioculturais (Ball, 2021). Como resultado, sujeitos cujas experiências linguísticas divergem desses padrões podem ser interpretados como apresentando atrasos ou dificuldades linguísticas, mesmo quando utilizam sistemas linguísticos plenamente estruturados.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender a noção de normalidade linguística não como propriedade intrínseca da linguagem, mas como resultado de processos históricos de construção de normas e categorias analíticas. Conforme argumenta Dean (2022), as instituições educacionais e científicas desempenham papel central na produção e disseminação dessas normas, contribuindo para estabelecer critérios que orientam a avaliação de competências linguísticas. Esses critérios, por sua vez, influenciam

políticas educacionais, práticas pedagógicas e formas de intervenção sobre sujeitos considerados fora dos padrões estabelecidos.

Essa discussão ganha especial relevância quando se consideram contextos nos quais a diversidade linguística está associada a diferenças sensoriais ou culturais, como ocorre no caso das comunidades surdas. Ao longo da história, a centralidade atribuída à oralidade na definição da linguagem contribuiu para a construção de modelos educacionais que interpretavam a surdez principalmente como limitação linguística. Nesse contexto, a ausência de acesso à língua oral foi frequentemente interpretada como evidência de atraso no desenvolvimento linguístico, ignorando a existência de sistemas linguísticos visuais-espaciais plenamente estruturados (Skliar, 2016).

Nos últimos anos, estudos desenvolvidos no campo dos Deaf Studies têm buscado problematizar essas interpretações ao enfatizar que as línguas de sinais constituem sistemas linguísticos complexos e completos, capazes de expressar todas as funções comunicativas e cognitivas presentes nas línguas orais (Murray, Kusters & De Meulder, 2020). Pesquisas contemporâneas também têm demonstrado que comunidades surdas desenvolvem formas próprias de organização linguística e cultural que desafiam modelos tradicionais de normalidade linguística baseados exclusivamente na experiência auditiva (Bauman & Murray, 2021).

Nesse sentido, a análise da produção da normalidade linguística permite evidenciar como determinadas concepções de linguagem podem contribuir para a construção de hierarquias entre diferentes modalidades linguísticas. Quando a oralidade é tomada como referência universal para a definição da linguagem, outras formas de experiência linguística tendem a ser interpretadas a partir da lógica da deficiência ou da compensação. É precisamente nesse ponto que se torna possível introduzir a discussão sobre o ouvintismo estrutural como regime epistemológico que organiza a produção de conhecimento sobre linguagem e surdez.

Normalização, poder e produção de sujeitos

A compreensão da linguagem como fenômeno social não pode ser dissociada das formas pelas quais as sociedades produzem normas e categorias destinadas a classificar sujeitos e regular comportamentos. Nesse sentido, as reflexões de Michel Foucault oferecem um marco teórico particularmente relevante para analisar como determinados

sistemas de conhecimento participam da construção de parâmetros de normalidade. Ao investigar o funcionamento das instituições disciplinares modernas, Foucault demonstrou que a normalização constitui um dos principais mecanismos de organização das sociedades contemporâneas, operando por meio da produção de padrões que permitem comparar, classificar e hierarquizar indivíduos (Foucault, 1975).

Para Foucault, a norma não se limita a estabelecer regras formais, mas funciona como princípio regulador que define o que é considerado normal ou aceitável em determinado contexto social. Esse processo envolve a articulação entre saber e poder, na medida em que diferentes campos de conhecimento — como a medicina, a psicologia ou a pedagogia — produzem categorias que orientam intervenções sobre os sujeitos. A normalização, nesse sentido, constitui uma tecnologia social que permite identificar desvios, corrigir comportamentos e produzir formas específicas de subjetividade (Foucault, 1975).

A análise foucaultiana revela que a produção de normas não ocorre apenas por meio de proibições explícitas, mas sobretudo através da construção de padrões comparativos que definem trajetórias consideradas adequadas de desenvolvimento. Ao estabelecer parâmetros estatísticos ou descritivos sobre o funcionamento esperado dos indivíduos, as instituições passam a dispor de instrumentos para classificar aqueles que se aproximam ou se afastam desses padrões. Esse mecanismo, descrito por Foucault como poder normalizador, desempenha papel central na constituição de categorias sociais associadas ao desvio, à deficiência ou à inadequação.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que a produção de conhecimento científico não ocorre de maneira isolada das dinâmicas sociais de poder. Como argumenta Butler (2020), os regimes de verdade que estruturam determinados campos de saber participam da constituição das categorias através das quais os sujeitos são reconhecidos e interpretados. Em outras palavras, as classificações produzidas pelas ciências não apenas descrevem a realidade, mas também contribuem para moldar as formas pelas quais os indivíduos são compreendidos e governados.

No campo da educação, essas dinâmicas de normalização tornam-se particularmente evidentes na definição de parâmetros de desenvolvimento considerados típicos ou desejáveis. Sistemas educacionais modernos foram historicamente organizados em torno de mecanismos de avaliação que permitem medir, comparar e hierarquizar o desempenho dos estudantes. Como observa Ball (2021), essas práticas avaliativas não apenas registram

diferenças entre indivíduos, mas também contribuem para produzir expectativas normativas sobre aprendizagem e competência.

No âmbito da linguagem, tais expectativas manifestam-se na definição de trajetórias consideradas normais de aquisição linguística. Modelos de desenvolvimento frequentemente estabelecem marcos temporais que indicam quando determinadas habilidades linguísticas deveriam emergir durante a infância. Embora esses parâmetros tenham valor descritivo em determinados contextos, pesquisas recentes indicam que eles podem se tornar instrumentos de classificação quando aplicados de forma rígida a populações com experiências linguísticas diversas (Dean, 2022).

A adoção de modelos normativos de desenvolvimento linguístico implica frequentemente a construção de um sujeito linguístico idealizado, cuja trajetória de aquisição é tomada como referência universal. Nesse modelo, a linguagem é concebida como sistema internalizado cuja aprendizagem ocorre de maneira relativamente uniforme entre indivíduos que compartilham condições sensoriais e sociais semelhantes. Como argumenta Blommaert (2010), esse tipo de universalização tende a obscurecer as múltiplas formas de experiência linguística presentes em diferentes comunidades e contextos socioculturais.

As ideologias linguísticas desempenham papel central nesse processo. Ao definir quais variedades ou modalidades linguísticas são consideradas legítimas, essas ideologias contribuem para estabelecer hierarquias que privilegiam determinadas formas de expressão em detrimento de outras. Pennycook (2010) destaca que as teorias linguísticas frequentemente participam dessas disputas simbólicas ao produzir descrições que acabam sendo mobilizadas para legitimar práticas linguísticas específicas como padrão.

Essas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis quando se consideram contextos nos quais a diversidade linguística está associada a diferenças sensoriais ou culturais. No caso das comunidades surdas, por exemplo, a predominância histórica de perspectivas centradas na oralidade contribuiu para a construção de modelos educacionais e científicos que interpretavam a surdez principalmente como limitação linguística. Ao tomar a audição como referência implícita para a definição da linguagem, tais modelos produziram parâmetros de normalidade baseados na experiência ouvinte.

Nesse contexto, a ausência de acesso à língua oral foi frequentemente interpretada como indicador de atraso ou deficiência no desenvolvimento linguístico. Como observa

Skiar (2016), essa perspectiva contribuiu para consolidar abordagens educacionais que priorizavam a oralização como objetivo central da educação de surdos, muitas vezes em detrimento do reconhecimento das línguas de sinais como sistemas linguísticos legítimos. A linguagem visual-espacial era frequentemente compreendida como recurso compensatório ou como etapa intermediária rumo à aquisição da fala.

Nas últimas décadas, entretanto, estudos desenvolvidos no campo dos Deaf Studies têm questionado essas interpretações ao enfatizar que as línguas de sinais constituem sistemas linguísticos completos e estruturalmente complexos. Pesquisas linguísticas e antropológicas demonstraram que essas línguas apresentam gramáticas próprias, capazes de expressar todas as funções comunicativas e cognitivas presentes nas línguas orais (Murray, Kusters & De Meulder, 2020). Essas descobertas contribuíram para ampliar o reconhecimento acadêmico e político das línguas de sinais como línguas naturais.

Além disso, estudos recentes têm enfatizado que comunidades surdas desenvolvem formas próprias de organização cultural e linguística que desafiam modelos tradicionais de normalidade linguística baseados exclusivamente na experiência auditiva. Bauman e Murray (2021) argumentam que as práticas comunicativas das comunidades surdas revelam outras possibilidades de organização da linguagem e da interação social, evidenciando que a diversidade sensorial pode gerar formas alternativas de experiência linguística.

A partir dessas contribuições, torna-se possível reconhecer que os regimes de normalização linguística operam não apenas na definição de regras gramaticais, mas também na construção de parâmetros sensoriais da linguagem. Quando a oralidade e a audição são tomadas como condições naturais do funcionamento linguístico, outras modalidades de experiência da linguagem passam a ser interpretadas a partir de categorias como deficiência, ausência ou limitação.

Essa constatação abre caminho para uma análise mais ampla das relações entre linguagem, poder e diferença sensorial. Ao examinar como determinadas concepções de linguagem se tornam dominantes em contextos institucionais e científicos, torna-se possível compreender de que maneira hierarquias linguísticas são produzidas e naturalizadas. Nesse horizonte analítico, a investigação sobre regimes de normalização linguística permite evidenciar que a produção de conhecimento sobre linguagem está profundamente vinculada a processos históricos de classificação e hierarquização de sujeitos.

É precisamente nesse ponto que emerge a necessidade de examinar o conceito de ouvintismo estrutural (Almeida, 2025). Se a normalização linguística opera por meio da naturalização de determinados parâmetros sensoriais da linguagem, então torna-se fundamental analisar como a centralidade atribuída à audição participa da produção de regimes de verdade sobre a surdez. A noção de ouvintismo estrutural permite, assim, deslocar o debate da esfera da discriminação individual para a análise das estruturas epistemológicas que sustentam determinadas concepções de linguagem e normalidade.

Ouvintismo estrutural e regimes de verdade sobre a surdez

A análise desenvolvida nas seções anteriores permitiu evidenciar que a produção de conhecimento sobre linguagem está profundamente associada à construção de parâmetros de normalidade que orientam a classificação de práticas linguísticas e de sujeitos. Quando determinados modos de experiência da linguagem passam a ser naturalizados como referência universal, outras formas de organização linguística tendem a ser interpretadas a partir de categorias como ausência, atraso ou déficit. É nesse horizonte analítico que emerge a necessidade de examinar o conceito de ouvintismo estrutural como regime epistemológico que organiza a produção de conhecimento sobre linguagem e surdez.

O conceito de ouvintismo estrutural refere-se ao conjunto de pressupostos institucionais, discursivos e epistemológicos que naturalizam a audição e a oralidade como parâmetros universais da linguagem e da comunicação. Diferentemente de abordagens que tratam o ouvintismo apenas como forma de preconceito individual contra pessoas surdas, a noção de ouvintismo estrutural enfatiza sua dimensão sistêmica, evidenciando como determinadas concepções de linguagem, competência linguística e desenvolvimento linguístico são construídas a partir da experiência ouvinte e projetadas como norma universal (Almeida, 2025). Sob essa perspectiva, o conceito desloca a análise da esfera das atitudes individuais para o plano das estruturas de produção de conhecimento que organizam o campo da linguagem.

A articulação entre ouvintismo estrutural e regimes de verdade pode ser analisada à luz das reflexões de Michel Foucault sobre a relação entre saber e poder. Para Foucault, os regimes de verdade correspondem a sistemas de produção de conhecimento que definem quais discursos são reconhecidos como legítimos em determinado campo social (Foucault, 1975). Esses regimes não apenas organizam a circulação do saber, mas também

orientam práticas institucionais e formas de intervenção sobre os sujeitos. No campo da linguagem, os regimes de verdade estabelecem critérios que definem o que conta como competência linguística, desenvolvimento típico ou uso adequado da língua.

Quando esses critérios são formulados a partir de modelos centrados na experiência auditiva, as línguas de sinais tendem a ser avaliadas segundo parâmetros que não correspondem à sua organização linguística específica. Nesse processo, a diferença sensorial associada à surdez é frequentemente interpretada como limitação linguística. Ao longo da história da educação de surdos, essa interpretação contribuiu para consolidar modelos educacionais orientados pela centralidade da oralidade, nos quais o ensino da fala era concebido como objetivo principal da formação linguística das pessoas surdas (Skliar, 2016).

Essa orientação pedagógica está profundamente vinculada a regimes epistemológicos que associam linguagem, voz e audição como elementos indissociáveis da comunicação humana. Como argumentam Bauman e Murray (2021), a centralidade da audição na definição da linguagem reflete uma hierarquia sensorial historicamente construída, na qual determinadas formas de percepção são privilegiadas como base para a organização do conhecimento sobre linguagem e cognição. Nesse sentido, o ouvintismo estrutural pode ser compreendido como expressão de um regime de conhecimento que associa a experiência linguística legítima à modalidade oral-auditiva.

Do ponto de vista da linguística, essa discussão permite revisitar criticamente categorias amplamente mobilizadas para descrever o funcionamento da linguagem. Conceitos como competência linguística, desenvolvimento linguístico típico e aquisição da linguagem foram historicamente formulados a partir de populações específicas, geralmente compostas por sujeitos ouvintes inseridos em contextos monolíngues. Como observam autores da linguística crítica, essas categorias analíticas podem produzir efeitos normativos quando são mobilizadas para avaliar práticas linguísticas organizadas segundo outras modalidades sensoriais ou socioculturais (Pennycook, 2010; Blommaert, 2010).

Pesquisas linguísticas sobre línguas de sinais têm desempenhado papel central na problematização dessas concepções. Estudos desenvolvidos nas últimas décadas demonstraram que essas línguas apresentam estruturas gramaticais complexas, incluindo sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos próprios, organizados em modalidade visual-espacial. Esses trabalhos contribuíram para desafiar concepções tradicionais que

associavam linguagem exclusivamente à fala, ampliando a compreensão da diversidade linguística humana (Murray, Kusters & De Meulder, 2020).

Além disso, pesquisas recentes têm enfatizado que as comunidades surdas desenvolvem formas próprias de organização linguística e cultural que desafiam modelos tradicionais de normalidade linguística baseados na experiência auditiva. Como destacam Bauman e Murray (2021), as práticas comunicativas dessas comunidades evidenciam que a linguagem pode ser organizada a partir de diferentes modalidades sensoriais, demonstrando que a diversidade perceptiva constitui dimensão fundamental da diversidade linguística.

Nos últimos anos, diferentes pesquisas no campo dos estudos surdos têm ampliado esse debate ao enfatizar que a experiência linguística surda revela outras possibilidades de organização da linguagem que escapam às categorias tradicionais da linguística oralista. Murray, Kusters e De Meulder (2020) argumentam que as línguas de sinais evidenciam a pluralidade de formas pelas quais a linguagem humana pode se estruturar. De modo semelhante, estudos recentes têm ressaltado que o reconhecimento das línguas de sinais implica repensar concepções tradicionais de linguagem, cognição e comunicação humana (Dean, 2022; Ball, 2021).

Apesar desses avanços teóricos, muitos regimes de produção de conhecimento continuam operando a partir de pressupostos fonocêntricos que tomam a fala como forma prototípica de linguagem. Pennycook (2010) observa que diferentes tradições da linguística ainda reproduzem concepções implícitas sobre o que conta como linguagem legítima, frequentemente privilegiando modalidades associadas à oralidade. Essas concepções influenciam não apenas a forma como as línguas são descritas, mas também os critérios utilizados para avaliar competência linguística em contextos educacionais e institucionais.

Nesse cenário, o conceito de ouvintismo estrutural oferece uma ferramenta analítica importante para examinar como determinadas concepções de linguagem se tornam dominantes em contextos científicos e institucionais. Ao evidenciar que a centralidade da audição está incorporada em regimes de produção de saber, o conceito permite compreender que a marginalização histórica das línguas de sinais não resulta apenas de atitudes discriminatórias, mas de estruturas epistemológicas que definem quais formas de linguagem são reconhecidas como legítimas (Almeida, 2025).

A problematização do ouvintismo estrutural contribui, portanto, para ampliar o diálogo entre os estudos da linguagem e debates contemporâneos sobre diversidade epistemológica e justiça linguística. Reconhecer a pluralidade de experiências linguísticas implica questionar modelos universalizantes que desconsideram a diversidade sensorial e cultural das comunidades humanas. Nesse horizonte analítico, a diversidade linguística não pode ser compreendida apenas em termos de variação entre línguas, mas também como diversidade nas formas sensoriais de organização da linguagem.

Dessa forma, a análise do ouvintismo estrutural permite evidenciar que a produção de conhecimento sobre linguagem está intrinsecamente ligada a processos históricos de classificação e hierarquização de sujeitos. Ao tornar visíveis essas dinâmicas, abre-se espaço para repensar concepções de competência linguística e desenvolvimento da linguagem de maneira mais sensível à diversidade das experiências linguísticas humanas. Nesse sentido, o conceito oferece uma contribuição teórica relevante para examinar as relações entre linguagem, poder e diferença sensorial no campo contemporâneo dos estudos da linguagem.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo buscou examinar as relações entre regimes de normalização linguística e a produção de categorias de sujeito no campo da linguagem e da educação de surdos. Partindo de contribuições da linguística crítica, da filosofia social e dos estudos surdos contemporâneos, argumentou-se que as teorias linguísticas não podem ser compreendidas apenas como descrições neutras do funcionamento da linguagem. Ao contrário, elas participam de processos mais amplos de produção de saber que contribuem para definir parâmetros de competência, desenvolvimento e legitimidade linguística.

A discussão sobre a produção da normalidade linguística evidenciou que diferentes tradições da linguística moderna foram construídas a partir de abstrações metodológicas que pressupõem condições relativamente homogêneas de experiência linguística. Embora essas abstrações tenham desempenhado papel importante na formulação de modelos teóricos sobre a aquisição e o funcionamento da linguagem, elas também contribuíram para a naturalização de determinados parâmetros de competência linguística. Quando esses parâmetros passam a orientar práticas educacionais e institucionais, tornam-se instrumentos de classificação que distinguem sujeitos considerados linguística ou

cognitivamente competentes daqueles interpretados como desviantes em relação ao padrão estabelecido.

A partir das reflexões foucaultianas sobre normalização e produção de sujeitos, tornou-se possível compreender que essas classificações não são apenas descritivas, mas participam da construção de regimes de verdade que organizam a forma como diferentes sujeitos são reconhecidos no campo da linguagem. Nesse contexto, a normalização linguística pode ser compreendida como parte de tecnologias sociais que definem trajetórias consideradas típicas de desenvolvimento linguístico e estabelecem parâmetros para identificar desvios em relação a esses modelos. Foi nesse horizonte analítico que o artigo introduziu o conceito de ouvintismo estrutural como ferramenta teórica para examinar a centralidade da audição na produção de conhecimento sobre linguagem e surdez. Ao compreender o ouvintismo como regime epistemológico, buscou-se evidenciar que a predominância de perspectivas centradas na oralidade não se limita a práticas pedagógicas ou atitudes individuais, mas está profundamente incorporada em sistemas de saber que orientam políticas linguísticas, teorias linguísticas e modelos educacionais (Almeida, 2025).

A análise mostrou que, quando a audição é tomada como parâmetro implícito da linguagem, outras modalidades linguísticas — como as línguas de sinais — tendem a ser interpretadas a partir de categorias derivadas da lógica da deficiência ou da compensação. Esse processo contribui para a produção do sujeito surdo como diferença linguística frequentemente definida em relação a um modelo normativo baseado na experiência ouvinte. Ao evidenciar essa dinâmica, o conceito de ouvintismo estrutural permite deslocar o debate sobre surdez da esfera exclusivamente biomédica para o campo das disputas epistemológicas em torno da definição da linguagem.

Nesse sentido, a problematização do ouvintismo estrutural contribui para ampliar o diálogo entre os estudos da linguagem e debates contemporâneos sobre diversidade linguística e justiça epistemológica. Reconhecer a pluralidade de formas de experiência linguística implica questionar concepções universalizantes de linguagem que desconsideram a diversidade sensorial e cultural das comunidades humanas. Esse deslocamento teórico abre espaço para abordagens mais sensíveis às múltiplas formas de organização da linguagem, especialmente em contextos nos quais diferenças sensoriais desempenham papel central na constituição das práticas comunicativas.

Por fim, as reflexões desenvolvidas neste artigo apontam para a necessidade de aprofundar investigações que articulem linguística, educação e estudos surdos a partir de perspectivas críticas da produção de conhecimento. Ao examinar os regimes de normalização que atravessam o campo da linguagem, torna-se possível compreender de maneira mais ampla como categorias linguísticas participam da construção de hierarquias sociais e sensoriais. Nesse horizonte, o conceito de ouvintismo estrutural oferece uma ferramenta analítica relevante para investigar as relações entre linguagem, poder e diferença, contribuindo para o desenvolvimento de abordagens teóricas comprometidas com o reconhecimento da diversidade linguística e cultural.

Referências

- ALMEIDA, Wolney Gomes. **Ouvintismo estrutural: língua de sinais, corpos surdos e resistências**. São Carlos: Pedro & João, 2025.
- BALL, Stephen J. **The education debate**. 4. ed. Bristol: Policy Press, 2021.
- BAUMAN, H-Dirksen L.; MURRAY, Joseph J. **Deaf gain: raising the stakes for human diversity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2021.
- BLOMMAERT, Jan. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BUTLER, Judith. **The force of nonviolence: an ethico-political bind**. London: Verso, 2020.
- CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: MIT Press, 1965.
- DEAN, Robyn K. **The role of signed languages in inclusive education: current perspectives**. New York: Routledge, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HYMES, Dell. **On communicative competence**. In: PRIDE, John B.; HOLMES, Janet (org.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972. p. 269-293.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma linguística aplicada indisciplinar: linguagem e sociedade**. São Paulo: Parábola, 2006.
- MURRAY, Joseph J.; KUSTERS, Annelies; DE MEULDER, Maartje. **Sign language and linguistic citizenship: current perspectives**. London: Routledge, 2020.

PENNYCOOK, Alastair. **Language as a local practice**. London: Routledge, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e política**. São Paulo: Parábola, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BYNC 4.0).